

Brasil, Brasil

Nogueira Moutinho

Trinta e cinco anos após o seu lançamento (1936), "Raizes do Brasil", de Sergio Buarque de Holanda continua detendo na bibliografia dos estudos brasileiros o lugar de primeira plana que conquistou de chofre ao ser editado. Comemorando o "jubileu de coral" do livro, a "José Olympio" lançou a sua sexta edição, lembrando em nota introdutória, que o texto iniciou, como primeiro volume, a prestigiosa coleção "Documentos Brasileiros", estão dirigida por Gilberto Freyre, e hoje por Afonso Arinos de Melo Franco. Abrindo-se com o prefácio de Antonio Candido, "O Significado de Raizes do Brasil", possivelmente a página mais aguda e dignificante escrita sobre o famoso ensaio, a bela edição comemorativa repõe diante de nossos olhos os sete capítulos que segundo o crítico, al lado de "Casa Grande e Senzala", de Gilberto Freyre e de "Formação do Brasil Contemporâneo", de Caio Prado Junior, "parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo". Lucidíssima e desconvencionalizada, a reflexão de Sergio Buarque de Holanda sobre o Brasil ressurgiu hoje ante nós com uma força interpretativa que nada tem em comum com os monumentos mumificados. Antes, sente-se em suas páginas um pulsar de tal forma moço, que custa a crer haverem passado sobre elas os trinta e cinco anos mais decisivos em termos de pesquisa sociológica e histórica, de toda a nossa existência. Texto inicial de uma coleção de livros justamente renomada, "Raizes do Brasil" constitui ao mesmo tempo a pedra basilar de muita, de quanta idéia posteriormente formulada neste país a respeito de seus enigmas e de seu destino. Traduzido na Itália em 1954 e incluído pelo "Fondo de Cultura Economica" entre os textos básicos para a interpretação da América Latina, "Raizes

do Brasil" de Sergio Buarque de Holanda, como "El Laberinto de la Soledad" de Octavio Paz constitui uma das altas meditações levadas até suas consequências finais neste continente, na ambição de definir sobretudo o "ethos" de um povo, de uma nacionalidade.

Com "Estado e Planejamento Economico no Brasil (1930-1970)", lançado pela "Civilização Brasileira", o sociólogo Octavio Ianni inicia uma análise rigorosamente científica das diferentes políticas económicas adotadas pelos governos brasileiros no período compreendido entre 1930 e 1970, focalizando o texto, principalmente, as discussões, decisões e realizações nas áreas da industrialização, do capital estrangeiro e da força de trabalho. Em seis capítulos, intitulados respectivamente: Política Económica Nacionalista (1930-1945), Política Económica Liberal (1946-1950), Desenvolvimento e Capitalismo Nacional (1951-1954), Industrialização e Interdependência (1955-1960), Estado e Economia na Crise da Democracia (1961-1964) e Interdependência e Modernização (1964-1970), o autor, distante de qualquer pretensão autossuficiente, antes com aguda consciência de seu papel de cientista social, apresenta dados rigorosamente aferidos, transcreve documentos originais, reproduz declarações de personalidades públicas, auxiliando-nos a sua análise crítica a compreender as características principais do "capitalismo monopolista" que se vem implantando no país graças ao desempenho, pelo Estado, de funções decisivas para seu funcionamento e expansão. Incidindo sobre a fase crucial por excelência da nossa vida nacional, o período que conta como datas básicas os movimentos revolucionários de 1930 e 1964, a reflexão sociológico-económica de Octavio Ianni constitui um elemento indispensável a quem quiser "pensar" com realismo e honestidade, o Brasil da década que se inicia.

Folha de São Paulo

13.01.1972